



SEXUALIDADE, FORMAÇÃO CONTINUADA E ATIVIDADES PRÁTICA EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Mario de Oliveira NETO¹
Rinaldo CORRER²

RESUMO: Analisamos a sexualidade a partir de seu conceito amplo que rompe com a ideia limitada dos aspectos apenas biológicos. Concebemos a sexualidade a partir das influências sociais, econômicas, culturais, históricas, psicológicas e religiosas, com vistas a distanciarmos dos preconceitos, estigmas que a sexualidade carrega há tempos. Refletimos sobre a Educação Sexual intencional e não intencional, tendo a Educação Sexual intencional como foco deste trabalho. Apresentamos a necessidade de formação continuada de professores e professoras em Educação Sexual, de modo que tenham condições de lidar com questões de sexualidade em suas práticas profissionais. Baseado na literatura, a partir da discussão teórico-conceitual e em nossa prática profissional como educador sexual, este artigo apresenta método de estruturação de atividades concernentes à Educação Sexual. Propomos atividades práticas, desenvolvidas em cursos de capacitação docente, que contribuirão para que professores e professoras possam, a partir de suas experiências e reflexões propostas, replicá-las nas escolas. A seleção dessas atividades trouxe a reflexão da sexualidade na sua mais ampla concepção. São propostas de atividades com vistas à aceitação da diversidade sexual e de gênero, redução de preconceitos e estigmas, além de possibilitar a vivência saudável da sexualidade, atinando para o bem-estar e qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Educação Sexual. Formação continuada. Atividades práticas.

SEXUALIDAD, FORMACIÓN CONTINUA Y ACTIVIDADES PRÁCTICA EN EDUCACIÓN SEXUAL

RESUMEN: Analizamos la sexualidad desde su concepto amplio que rompe con la idea limitada de solamente como aspectos biológicos. Concebimos la sexualidad a partir de influencias sociales, económicas, culturales, históricas, psicológicas y religiosas, con la finalidad de alejarnos de los prejuicios, estigmas que la sexualidad viene cargando desde hace tiempo. Reflexionamos sobre la educación sexual intencional y no intencional, teniendo la educación sexual intencional como el foco de este trabajo. Presentamos la necesidad de la formación continua de los docentes en Educación

1 Mestrando em Educação Sexual, pela FCL/ UNESP – Araraquara/SP. Endereço eletrônico: <nettopsico@gmail.com>.

2 Doutor em Psicologia. Docente permanente da FCL/UNESP – Araraquara/SP. Endereço eletrônico: <correrrinaldo@gmail.com>.



Sexual, para que sean capaces de abordar los temas de la sexualidad en sus prácticas profesionales. A partir de la literatura, de la discusión teórica conceptual y de nuestra práctica profesional como educadores sexuales, este artículo presenta un método para estructurar actividades relacionadas con la Educación Sexual. Proponemos actividades prácticas, desarrolladas en cursos de formación docente, que contribuirán a que los docentes puedan, a partir de sus experiencias y reflexiones propuestas, replicarlas en las escuelas. La selección de estas actividades trajo el reflejo de la sexualidad en su concepción más amplia. Se proponen actividades para aceptar la diversidad sexual y de género, reducir prejuicios y estigmas, además de posibilitar una sexualidad saludable, con foco en el bienestar y la calidad de vida.

PALABRAS-CLAVE: Sexualidad. Educación Sexual. Formación continuada. Actividades prácticas.

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana tem sido assunto debatido intensamente nos meios de comunicação, muitas vezes, por meio de narrativas que levam a distorções conceituais. O discurso proferido pela mídia e por parte conservadora da sociedade é de que a sexualidade está atrelada apenas às práticas sexuais. A partir dessa premissa, as discussões sobre o assunto em nada contribuem para processos de educação sexual, pois disseminam a tese de que tratar de sexualidade estaria restrito ao incentivo do ato sexual. Nessa dimensão, as questões envolvendo o componente moral compromete a compreensão acerca da sexualidade humana apresentando-a, muitas vezes, como hábitos censuráveis, empobrecendo a discussão e reduzindo-a às vertentes biológicas de sua expressão, desconsiderando todos os outros aspectos que se relacionam nessa construção. Como resultado dessa minimização da sexualidade, observa-se a vivência insegura da sexualidade, com exposição do indivíduo a riscos, além de violência de gênero, homofobia, transfobia, lesbofobia, entre outras manifestações.

Dado esse contexto, alguns questionamentos se fazem necessário, tais como: a) de que maneira o conceito de sexualidade tem sido apresentado no meio social? b) por que é importante a explanação desse assunto nos mais variados espaços? A escola seria local de abordagem desse assunto? De que maneira a escola poderia abordar essa temática?

Neste artigo, propomos ampliar o conceito de sexualidade, compreendendo-a a partir das influências sociais, culturais e históricas, que nos permitem romper com o reducionismo aos aspectos unicamente biológicos. A partir dessa concepção de sexualidade, direcionamo-nos para a importância da Educação Sexual intencional, como estrutura organizada e sistematizada, capaz de contribuir com a formação integral do sujeito e apresentamos a escola como espaço, indiscutivelmente seguro e adequado, para a explanação da temática.

Por conseguinte, consideramos que a formação continuada de docentes é imprescindível para que o processo educativo em Educação Sexual ocorra de maneira satisfatória, haja vista a ausência de conhecimentos pertinentes à temática. Contudo, propomos atividades práticas em Educação Sexual com vistas a contribuir com a rotina profissional de professores e professoras.

SEXUALIDADE: DO REDUCIONISMO À AMPLIAÇÃO CONCEITUAL

Maia (2014) descreve que a sexualidade é aspecto que todo ser humano possui e acompanha-lhe ao longo da existência. A autora enfatiza que a sexualidade não é estática, passa por alterações ao longo da vida, a partir das modificações biológicas do corpo, práticas sexuais e reprodutivas, vínculos afetivos, orientação sexual, ou seja, a expressão que se tem da sexualidade na infância não é a mesma que se possui enquanto jovem ou adulto e nem será do mesmo modo quando se chegar à velhice.

O conceito de sexualidade traz consigo a amplitude e historicidade que compõem todo ser humano e se expressa de forma diversa, dependendo do momento histórico e cultural. A sexualidade abarca componentes biológicos, psicológicos e sociais, os quais se apresentam em cada indivíduo de forma particular em sua subjetividade (MAIA; RIBEIRO, 2011). Constitui-se como componente fundamental para o ser humano, acompanhando-o ao longo da vida e abrangendo aspectos não apenas da reprodução, intimidade, sexo, erotismo e prazer, mas está

relacionada também às orientações sexuais, gênero e identidades vivenciadas a partir das relações interpessoais, atitudes, crenças, práticas, condutas, etc. (FRANCO; JIMENEZ, 2014).

Na concepção de Santos e Araújo (2009), a sexualidade é compreendida como uma categoria de análise ainda mais ampla, que reputa os referenciais de classe, relações de poder, relações de gênero, diversidade sexual, aspectos políticos, culturais, sociais, econômicos, religiosos, étnicos e éticos, que estende-se também para o conceito de linguagem, cultura e corpo.

Essa discussão conceitual da sexualidade possibilita pensá-la para além das características físicas e biológicas que são difundidas socialmente. Traz elucidação sobre os aspectos que a compõem e evidencia suas conexões e indissociabilidades. É nessa perspectiva que Ramiro *et al.* (2011) refletem sobre a importância da discussão sobre o assunto, trazendo a Educação Sexual intencional como a forma mais importante e adequada de abordar a sexualidade, constituindo-se como um processo permanente e contínuo de aprendizagem e socialização, que engloba a reflexão da temática e que contribui para a promoção de atitudes e comportamentos saudáveis.

A Educação Sexual é um processo contínuo que ocorre de duas maneiras: i) não intencional, que se dá a partir das relações sociais cotidianas, da cultura, discurso presente na religião, família, mídia, músicas e nos mais diversos comentários; e ii) intencional, quando ocorre de maneira planejada e organizada, com finalidade e propósito de comunicar sobre sexualidade (MAIA, 2014).

A Educação Sexual não intencional se dá ao longo da vida de maneira informal, a partir das orientações que se recebe em casa, do contato com o outro e demais âmbitos sociais, desse modo não há necessidade de organização e planejamento. O mesmo não ocorre com a Educação Sexual intencional, pois a intencionalidade coloca a temática a ser discutida e ampliada em espaços de formação do sujeito. Essas proposituras estruturadas e direcionadas almejam o desenvolvimento humano integral.

Temos que a escola, portanto, é local imprescindível para abordagem de temáticas relacionadas à sexualidade, contudo, a partir da visão biologizante que a sexualidade carrega ao longo da história – estigmas e preconceitos –, abordar esse assunto no ambiente escolar ainda é tabu? Existe algum documento que garanta que a sexualidade adentre os muros da escola?

Nesse contexto, Figueiró (2009) descreve que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente o caderno Orientação Sexual, reforça a proposta de intervenção em Educação Sexual nas escolas, a partir de temas transversais, ou seja, assuntos que podem ser abordados concomitantemente por diversas áreas do conhecimento. Assim, os PCNs norteiam a prática escolar e colocam, em sua competência, a criação de ações reflexivas, críticas e educativas sobre sexualidade.

Os PCNs são definidos como diretrizes que, entre suas funções, orientam e subsidiam as práticas de professores e professoras em sala de aula, a partir de revisão de currículo, discussão pedagógica, formação docente inicial e continuada (BRASIL, 1998).

Sobre esse documento, Leôncio (2013) descreve que o caderno de orientação sexual descrito nos PCNs precisa ser organizado de forma sistemática, e a escola deve focar além do desenvolvimento de aquisição de conhecimento e habilidades reprodutivas, atinando para o preparo para a vida, para as responsabilidades, para a capacidade de tomar decisões, para autorregulação e para desenvolvimento da personalidade.

A criação, em 2018, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tornou-se o documento contemporâneo dos PCNs, no entanto, não os substituiu. A BNCC é um documento que define os conhecimentos e competências essenciais para os alunos na Educação Básica. A aprovação desse documento, repercutiu grandemente no cenário político brasileiro, em razão da não orientação às práticas docentes em conteúdos de Educação Sexual.

Entretanto, a sexualidade não é abordada na BNCC para ser discutida e debatida em sala de aula num viés mais social. Não há orientações aos professores de como se trabalhar a sexualidade em sala de aula, e no documento homologado aparentemente não se abordou o tema com a devida importância para subsidiar a sua inclusão curricular e prática. (LIMA; OLIVEIRA; JUSTINA, 2019, p. 06)

O conservadorismo unido ao discurso fundamentalista religioso, mantiveram a Educação Sexual intencional à margem, no campo da discriminação, do estigma e do preconceito. Como a BNCC não substituiu os PCNs, esses, ainda, continuam sendo documentos norteadores e indicadores da prática docente para inserção da temática da Educação Sexual nos espaços escolares.

EDUCAÇÃO SEXUAL: POR QUE E PARA QUE?

Ao longo da história, a sociedade passa por transformações e modificações em suas estruturas, que requerem aprofundada reflexão e alteração de conduta. Com a sexualidade não é diferente, acompanha as alterações sociais e suas demandas sazonais, conforme aponta Ribeiro (2002), sobre as modificações do comportamento sexual da década de 80, que culminaram na multiplicação do debate de sexualidade nos mais diversos segmentos sociais. Assim, os anos 80 foram marcados pela liberação sexual, fenômeno social que não foi acompanhado pelo conhecimento sexual, ou seja, o desprendimento contribuía para que práticas sexuais fossem realizadas sem que os indivíduos tivessem conhecimentos mínimos de autocuidado, prevenção, planejamento, ou, até mesmo, noção sobre os aspectos fisiológicos e suas funções.

Como elementos analíticos desses impactos, podemos citar o auto índice de gravidez não planejada, especialmente na adolescência, o risco de contaminação pelo HIV e/ou infecção sexualmente transmissível (IST), os quais se converteram em questões cruciais para inserção da Educação Sexual em espaços formais de aprendizagem (RIBEIRO, 2002, p. 82).

Muito embora tenhamos conhecimento sobre a amplitude, complexidade e totalidade da sexualidade, o debate essencial para difusão do conhecimento mais instrumentalizado, deu-se em meio à necessidade emergente de prevenção. As questões ligadas à Saúde Pública instituíram ações que partiam de intervenções pautadas em modelos educativos com alta diretividade dos técnicos e técnicas da área da saúde. Nessa direção, a educação tem como suporte a esfera biológica da sexualidade, para, a partir desse marco, serem introduzidas outras temáticas nos espaços formais de ensino.

Contrapondo-se a esse funcionamento estrutural das práticas de ensino em Educação Sexual, Figueiró (2006, 2009) aponta que esta consistiria no direito de todos receberem informações sobre relacionamento sexual, corpo e sexualidade, bem como rever tabus, refletir e debater sobre valores ligados ao sexo. Contudo, o ensino da Educação Sexual intencional não deveria se restringir apenas aos aspectos fisiológicos e biológicos da sexualidade.

No final dos anos 90, além do caráter instrumental, a Educação Sexual deveria figurar-se como uma estratégia intencional, com o objetivo de proporcionar a superação de medos e preconceitos. O preconceito, por essa visão, seria o principal impedimento para a utilização de informações, o exercício de igualdade de gênero nos relacionamentos, a adesão de comportamentos saudáveis, o bem-estar sexual, a formação da identidade e o repensar valores (SUPLICY, 1999, p. 11).

Para Maia e Ribeiro (2011), a Educação Sexual adequada deveria oferecer informações, possibilitando um espaço em que se realizasse debates e reflexões sobre sexualidade; esclarecer os mecanismos de repressão sexual que a envolvem, além de explanar as condições histórico-sociais do desenvolvimento da sexualidade; deveria, ainda, ajudar para que os indivíduos desenvolvessem uma visão positiva sobre a temática para que houvesse elaboração crítica de valores pessoais, além de tomadas de decisões assertivas e seguras



sobre comportamentos sexuais. Esse esclarecimento em Educação Sexual, possibilita ao sujeito vivenciar e exercer de forma plena e satisfatória sua sexualidade, minimizando impactos expressivos na vida pessoal e social.

A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS FORMAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS

A escola é espaço de formação do sujeito para exercício pleno de sua cidadania. Para Silva e Ferreira (2014), a escola é uma instituição social relevante, que possui a função de preparar o aluno intelectual e moralmente, além de contribuir para sua inserção social.

Quando se pensa que a escola é espaço de formação do sujeito, não apenas para inclusão no mercado de trabalho, mas para exercício da cidadania, esse local passa a ser o cerne do desenvolvimento. Desse modo Canivez (1991, p.33) descreve:

[...] a escola passa a ser o espaço social, depois da família: A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra. (CANIVEZ, 1991, p. 33)

As escolas, portanto, devem munir-se de condições e recursos que possibilitem a formação integral de seus alunos, observando todas as suas nuances e estimulando-as para o alcance de seus objetivos. Nessa seara, a Educação Sexual intencional é assunto inquestionável para formação do sujeito na escola. Contudo, alguns questionamentos surgem a partir dessa afirmação. Os professores e professoras estão preparados para trabalhar questões de sexualidade com seus alunos e alunas? Os docentes receberam, em sua formação

inicial, insumos que os fizessem aptos a contribuir com a formação em Educação Sexual em suas práticas profissionais?

A esses questionamentos Bonfim declara:

[...] os cursos de Graduação continuam ignorando a necessidade de se inserir na grade curricular da Licenciatura, disciplinas que possam preparar o professor para trabalhar com a sexualidade humana para além do conteúdo biológico. Os docentes pouco conseguiram avançar na superação da visão moralista, repressiva e biologista, o que se consolida pela falta de formação adequada dos docentes para abordarem um tema tão necessário como a Educação Sexual especialmente em tempos de globalização, e da avalanche precoce, banal e hedonista do sexo, especialmente difundida pela Internet e pela mídia. (BONFIM, 2009, p. 167)

A ausência de formação inicial, que dê suporte a professores e professoras, em suas práticas profissionais, para abordarem sexualidade na escola, contribui para o segmento da ideia de repressão e segregação da temática e de práticas que destoam da heterocisnormatividade.

Leão, Ribeiro e Bedin (2010) ressaltam que há entraves no trabalho em Educação Sexual nos espaços escolares, em decorrência do preconceito e discriminação, além da falta de conhecimento de professores e professoras sobre o assunto. Diante essa afirmação, qual é o papel da escola, no processo de formação em Educação Sexual?

Para Leão, Ribeiro e Bedin (2010) a escola tem espaço privilegiado para realizar trabalhos de conscientização que visam reduzir a vulnerabilidade através do educar, ensinar e formar. É, na escola, que a intervenção educativa ocorre, para tanto, há necessidade de formação dos professores e professoras.

Nessa perspectiva, Bonfim (2009) realça que é urgente que as escolas trabalhem sexo e sexualidade, de maneira que se supere as concepções apenas biológicas, preconceituosas,

repressoras, discriminatórias de uma sexualidade reprodutiva, que mantém sua versão banalizada, e busque assim a Educação Sexual com preceitos éticos, históricos, políticos, ontológicos e culturais. O autor, ainda, propõe que a sexualidade deve ser inserida nos espaços escolares, de maneira sistematizada, com princípios teórico-metodológicos que a contemple, em suas diversas nuances, considerando que há ausência de conhecimento e formação dos professores e professoras para atuarem profissionalmente nesses assuntos.

Gresser *et al* (2012), com vista nessa propositura, ressalta ainda que os professores e professoras devem se pautar em uma formação ético-política, no que se refere a sexualidade, que contribua para que educadores e educadoras, não apenas recebam insumos para o desenvolvimento cognitivo, mas também recriem o modo como lidam com as manifestações e expressões da sexualidade nos espaços escolares, além de se apropriarem da construção histórico-crítica das diversidades, desigualdade de gênero e heterocisnormatividade.

Existem fissuras na relação Escola-Educação Sexual que passam pelo viés da ausência de conhecimento específico dos/as docentes, já que, em sua formação inicial, não se prioriza a reflexão sobre a temática, a partir das disciplinas curriculares.

Desta maneira, Bonfim (2009) considera que a superação das lacunas de conhecimento, por parte das educadoras e educadores, advindas da formação inicial, só se dará a partir da formação continuada desses profissionais. A autora complementa sua opinião, falando da necessidade de revisão dos cursos de licenciatura, no que concerne aos componentes curriculares que contemplem o assunto.

Assim, Tozetto descreve que

[...] o desafio de ensinar, acompanhar e avaliar na escola solicita um trabalho docente consciente, que possa contribuir cada vez mais com a construção de uma sociedade justa. Nesse contexto, é necessário um professor



comprometido em fazer leituras da realidade, organizando situações de ensino em que as interações com o conhecimento proporcionem a transformação da informação do senso comum em uma abordagem científica. Para isso, o professor não poderá limitar-se a simples transmissão de conteúdo; faz-se necessária uma formação continuada que considere a ação docente em sua amplitude e complexidade e de maneira concreta e contínua. (TOZETTO, 2017, p. 24538).

A sexualidade não tem sido contemplada nos cursos de formação docente inicial. Os cursos de licenciaturas voltam-se para o ensino teórico e prático do saber docente, desconsiderando o ensino de sexualidade. Ao adentrar nos espaços escolares, professores e professoras se deparam cotidianamente com demandas de sexualidade de seus alunos, tais como: bullying homofóbico e transfóbico, abuso e/ou violência sexual, dificuldade de aceitação da diversidade, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

O despreparo para lidar com as questões apresentadas pode gerar nos alunos e alunas dificuldades de autoaceitação, angústia, tristeza, medo, tensão que podem acarretar diversos danos psíquicos ao sujeito.

A formação profissional docente não pode, pois, se limitar ao término da graduação. O dinamismo do universo escolar, requer constantes capacitações e atualizações para que os alunos e alunas possam ser atendidos por seus professores, dentro de suas especificidades, e a escola cumpra, de maneira precisa, o seu papel de formação cidadã.

ATIVIDADES PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Tendo em vista a necessidade de formação continuada de professores e professoras no âmbito da Educação Sexual, propomos, nesse momento, apresentar algumas atividades práticas e didáticas que visam contribuir para atuação dos professores e professoras, em sala de aula.

As atividades propostas são oriundas de nossa prática profissional, como educador sexual, em capacitações de formação continuada para docentes da Educação Básica. As atividades foram aplicadas aos docentes participantes para que pudessem vivenciar a experiência, compreender os objetivos propostos e receber insumos para replicação das atividades, em seus locais de trabalho.

Neste artigo, foram selecionadas cinco atividades que compreendessem a sexualidade de forma ampla, em que suas dimensões sociais, culturais, biológicas e psicológicas fossem abarcadas. Por conseguinte, as atividades “Cheguei! E agora?” e “Baile de Máscara” trazem uma reflexão a partir dos aspectos biológicos da sexualidade. A atividade “Será que eu sei?” possibilita a mescla entre aspectos biológicos e psicológicos (afeto, emoções, medo, identidade, prazer, angústia, etc.), a partir dos questionamentos apresentados. Nas propostas de atividades “De que é o que?” e “Junta e separa”, o preconceito, estigma e discriminação são vistos a partir da influência cultural e social que a sexualidade sofre.

CHEGUEI! E AGORA?

Facilitador: um (a) professor (a).

Objetivo: discutir sobre planejamento da gravidez sob a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos.

Recursos: ovos (cru e inteiro), lã, cola, tesoura, tecido, cola quente, canetinha, caixa de leite, e outros materiais que se deseje para decoração.

Descrição: a atividade pode ser realizada com pequenos ou grandes grupos. Consiste-se em decorar um ovo, deixando-o com aspecto de bebê. Cada participante será responsável pelos cuidados com o ovo decorado, que a partir de então tornar-se-á seu “filho/ a”, por um período estipulado de 07 dias. A intenção é de que os/as participantes mantenham-se em



posse do objeto em todas as suas atividades diárias, evitando que o ovo se quebre. Como essa atividade tem como pretensão simular os cuidados com uma criança, sugere-se que os/as participantes deem nome ao objeto decorado, envolvendo-se com ele, de maneira a atingir o objetivo proposto.

Procedimentos: a) Disponibilize 01 ovo e os materiais necessários para decoração a cada participante do grupo; b) Dê uma hora para que os participantes façam a decoração dos ovos; Solicite que cada participante dê nome ao objeto decorado; c) Sugira que com a caixa de leite, os participantes confeccionem um recipiente que será utilizado para transportar o objeto, tendo até 40 minutos para realização desse processo; d) Oriente o grupo: caso o objeto seja danificado, antes do período estipulado, não haverá reposição e o participante aguardará o término desse período, para que, junto aos demais, façam a avaliação e reflexão sobre a atividade proposta; e) Disponibilize um local para acomodação (berçário) para os momentos em que os/as participantes não possam estar em posse dos objetos; f) Após o período estipulado de 07 dias de cuidados com os ovos decorados, far-se-á discussão e reflexão sobre a atividade aplicada; g) Após esse momento, os ovos poderão ser descartados em local apropriado.

Sugestão de problematização para discussão e debate: Como foi a experiência de cuidar de um/a “filho/a”? Encontrou dificuldades em algum momento? Quais? Sente-se preparada/o para estabelecer cuidados com uma criança? Cuidar de um objeto é a mesma coisa que cuidar de uma criança? Quais cuidados vocês conseguiram identificar que são necessários a uma criança? Consideram importante haver planejamento prévio, antes de decidir pela gravidez? Há necessidade de rede de apoio para os cuidados com uma criança? Se sim, por quê? De que maneira essa atividade contribuiu para refletir sobre sua vida?



BAILE DE MÁSCARAS

Facilitador: um (a) professor (a).

Objetivo: discutir sobre o contágio de IST e HIV/AIDS.

Recursos: cartolinas, tesoura, matérias decorativos, aparelho de som.

Descrição: essa atividade não requer número mínimo de participantes, poderá ser desenvolvida com grupos maiores, desde que cada integrante tenha seu par; cada participante receberá uma mascarará, em cada máscara haverá, em sua parte interna, uma marcação diferente, da qual só terá a legenda o educador que aplicará a atividade. Em posse da máscara e de sua parceira, os integrantes, ao som de uma música escolhida pelo aplicador, dançará e trocará de parceiros/as, a cada sinalização do educador; os participantes passarão por, pelo menos, três parceiros, devendo, em momento oportuno, informar, ao aplicador da atividade, quais foram seus parceiros na dança.

Procedimentos: a) Disponibilize uma hora para que cada participante confeccione sua máscara; b) Enquanto os participantes confeccionam as máscaras, o educador deverá elaborar uma legenda de cores e identificação para que mantenha em sua posse, por exemplo: – *máscara com marcação azul = HIV positivo*; – *máscara com marcação laranja = faz uso de preservativo*; – *máscara com marcação marrom = não faz uso de preservativo*; c) Somente o/a professor (a) tem conhecimento sobre o significado das cores; Após a confecção das máscaras, o aplicador/educador deverá identificá-las com as cores da legenda criada; d) Cada participante deverá ter seu par para dança. Dada a sinalização, esses devem dançar; e) A troca de par ocorrerá com a segunda sinalização do aplicador/educador, devendo os/as participantes lembrarem quem foi seu par anterior; f) Sugerem-se no mínimo três trocas de pares; g) Ao término da dança, os participantes deverão guardar consigo a informação de quais foram seus parceiros; h) Nesse momento, todos retirarão a máscara e o aplicador/educador informará as cores de identificação de cada máscara; i) Assim, os



participantes terão conhecimento das pessoas com que se relacionaram no baile de máscaras e se houve alguma situação de risco envolvida; j) Após a aplicação da atividade, far-se-á reflexão e debate sobre o assunto.

Sugestão de problematização para discussão e debate: com quantos parceiros/as você se relacionou no baile de máscaras? Foi possível identificar alguma IST enquanto se relacionava? Suponha-se que houve relação sexual entre você e os parceiros do baile de máscaras, você se colocou em situação de risco? Tem conhecimento sobre IST? Tem conhecimento sobre HIV/AIDS? Conhece algum método que possa prevenir as IST e HIV/AIDS? Numa relação sexual, considera importante usar métodos preventivos de IST e HIV/AIDS?

SERÁ QUE EU SEI?

Facilitador: um (a) professor (a).

Objetivo: sanar dúvidas sobre assuntos de sexualidade.

Recursos: papel, caneta, caixa pequena.

Descrição: responder questionamentos dos participantes relacionados a sexualidade.

Procedimentos: a) Não há um número estipulado de participantes; b) Disponibilizar uma caneta e papel para cada participante; c) Explicar aos participantes que, no papel disponibilizado, serão escritas dúvidas que possuam sobre sexualidade; d) Após escreverem suas dúvidas, passar com a caixa recolhendo os papéis escritos; e) Sortear, de forma aleatória, os papéis acondicionados na caixa e responder a cada uma das perguntas.

DE QUEM É O QUE?

Facilitador: um (a) professor (a).

Objetivo: identificar aspectos sociais estipulados ao gênero masculino e feminino; refletir sobre gênero e sexualidade.



Recursos: rolo de papel kraft, canetinha, tesoura.

Descrição: os alunos desenharão silhueta do corpo humano e escreverão o que consideram como sendo SÓ PARA HOMENS e SÓ PARA MULHERES.

Procedimentos: a) Explique o objetivo do exercício usando palavras de fácil compreensão; b) Divida a turma em dois grupos e escolha qual responderá o que consideram SÓ PARA HOMENS e SÓ PARA MULHERES; c) Disponibilize os materiais necessários para realização desta atividade; d) Oriente para que se escolha um integrante do grupo para deitar-se sobre o papel kraft, para que os demais contorne com canetinha seu corpo, desenhando sua silhueta; e) Após o desenho, solicite que escrevam sobre a silhueta formada, o que consideram SÓ PARA HOMENS e SÓ PARA MULHERES, de acordo com o gênero que cada grupo representa (o grupo SÓ PARA HOMENS escreve o que consideram ser só de homem e vice-versa); f) Realize a discussão sobre os itens identificados pelos alunos.

Sugestão de problematização para discussão e debate: quem fez alguma coisa da lista de SÓ PARA HOMENS e quem fez alguma coisa da lista de SÓ PARA MULHERES? Quem define “de quem é o quê”? Vocês identificam essas diferenças entre homens e mulheres em algum outro aspecto da vida? Se um menino realizar alguma coisa, listado em SÓ PARA MULHERES, ele deixa de ser menino e vice-versa? O que é ser homem e o que é ser mulher? Brinquedo, cores, roupas influenciam em ser homem e mulher? A maneira de ser homem e ser mulher hoje, é igual era no passado?

JUNTA E SEPARA

Facilitador: um (a) professor (a).

Objetivo: Refletir sobre questões relacionadas a discriminação e preconceito.

Recurso: Giz.



Descrição: um (a) aluno (a) ou o/a professor (a) deverá ser escolhido para ser o indivíduo que deve separar e juntar os demais alunos em grupos pré estabelecidos, a partir de algumas características estipuladas, por exemplo: a mesma cor de camiseta ou tênis, a mesma cor dos olhos ou cabelo, entre outras. Apenas o sujeito escolhido para separar e juntar os grupos é que deverá saber qual a característica está sendo usada para realizar a ação. O (a) professor (a) deve se atentar para não estigmatizar, nem incorrer em características que gerem preconceito e discriminação entre os participantes.

Procedimentos: a) Escolher um aluno/a que será o responsável por agrupar os demais alunos/as em grupos de acordo com as características estabelecidas; b) Combine com o aluno/a escolhido/a, quais características devem ser observadas para retirada de um aluno/a e inserção em outro grupo; c) Faça alguns círculos grandes pelo chão; d) A partir das características escolhidas, o/a aluno/a selecionada deverá colocar os/as alunos/as que a possuírem dentro de um dos círculos riscados no chão. A atividade continua, com a escolha de outra característica e o processo se dá da mesma maneira; e) Sugere-se que sejam escolhidas entre três e quatro característica; f) Apenas o/a aluno/a selecionado/a, saberá a característica a qual está juntando os/as alunos/as em grupos; g) Os/as alunos/as deverão tentar identificar quais foram as características selecionadas; h) Ao término da atividade, o/a facilitador (a) deverá propor discussão do assunto aos alunos.

Sugestão de problematização para discussão e debate: quais foram as características utilizadas para o agrupamento dos colegas no primeiro círculo (segundo, terceiro, etc.)? Por que algumas pessoas tratam as pessoas de maneira injusta? A cor da pele, cabelo, roupa determina a forma de tratamento aos indivíduos? O uso óculo, muletas, algum tipo de aparelho que ajude na locomoção e/ou na funcionalidade da pessoa, determina a maneira como deve ser tratada? O jeito de ser e ter trejeitos são determinantes para nos aproximarmos ou afastarmos de alguém? Você já se sentiu excluído (a) por algum motivo?



Como se sentiu? Você já contribuiu, de alguma maneira, para que outra pessoa se sentisse excluído (a)? Como se sentiu?

CONCLUSÃO

A sexualidade quando pensada apenas em sua perspectiva biológica diminui sua abrangência e coloca-a à mercê de preconceito, discriminação e segregação, postura essa que, ao longo da história, vem se arrastando. Compreender a sexualidade em seu aspecto amplo, que se relaciona com diversos segmentos, tais como: político, social, cultural, religioso e psicológico, possibilita maior proximidade ao conceito aplicável a sexualidade.

Quando pensamos a sexualidade na escola, vários entraves são encontrados, em razão dos preconceitos e estigmas advindos da compreensão biologicista, em que a sexualidade só pode ser observada a partir de um viés. Esse discurso se amplifica quando difundidos por fundamentalistas religiosos e conservadores que se opõem à compreensão ampla desse fenômeno.

A maneira de inserção da sexualidade, na escola, se dá por Educação Sexual intencional, que se propõe a contribuir de forma sistematizada e organizada à explanação dos assuntos pertinentes, rompendo com o olhar simplista e preconceituoso, além de proporcionar vivências positivas, experiências saudáveis e qualidade de vida.

Dessa maneira, a formação continuada de professores (as) é demasiadamente importante nesse processo, para que esses profissionais recebam insumos para lidar, positivamente, com a temática, bem como a partir de suas práticas didáticas e metodológicas contribuírem para formação integral de seus alunos.

Pensar na continuidade da formação docente é urgente, quando se trata de Educação Sexual, haja vista a necessidade de se inserir esses assuntos no ambiente escolar.



Consideramos que o dinamismo presente nesse espaço demanda a formação e a capacitação contínuas de professores e professoras.

As sugestões de atividades práticas não limita e/ou isenta a necessidade de maior sistematização, organização, aprofundamento e formação para a atuação em Educação Sexual. As sugestões trazidas pretendem apenas contribuir para reflexão na temática da Educação Sexual e nortear uma metodologia a ser adotada por docentes, em suas atuações profissionais.

Partimos da premissa de que a escola é espaço de formação integral dos alunos e exerce papel fundamental na formação cidadã. Para tanto, a abordagem da sexualidade torna-se indispensável neste contexto. Consideramos ainda que, a partir da realização das atividades propostas, a discussão e reflexão posterior poderá alargar a concepção da sexualidade, que incidirá no respeito às diferenças e às vivências da sexualidade de maneira saudável e satisfatória, além de contribuir para a organização e planejamento de vida.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. *Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades* / Cláudia Ramos de Souza Bonfim. - Campinas, SP: [267 p.], 2009. Orientador: Sivio Ancisar Sánchez Gamboa. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Disponível em: file:///C:/Users/Micro/Downloads/Bonfim_ClaudiaRamosdeSouza_D.pdf. Acesso em: 05 Ago 2020.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão?* Campinas: Papyrus, 1991

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 7, n.1, p. 1-21 2006. Disponível em: < <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132>>. Acesso em: 29 mar 2020.



FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009. p. 141-172.

FRANCO, Mayte Bejarano; JIMENEZ, Antonio Mateos. Gênero y Sexualidad em la formación inicial de maestros y maestras: Por qué no um currículum sexual? *Revista Científica Exedra: Sexualidade, Gênero e Educação*, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Micro/Downloads/Dialnet-GeneroYSexualidadEnLaFormacionInicialDeMaestrosYMa-6499908.pdf>. Acesso em: 28 mar 2020.

GRESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; CORD, Denise; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. v. 16, n. 2, Julho/Dezembro de 2012: 229-236. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v16n2/a05v16n2.pdf> Acesso em: 05 Ago 2020.

LEÃO, Andressa Marques de Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes. Marçal; BEDIN, Regina Célia. Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação dos professores. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 36 – 52, jan. / jun. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2015/1568>. Acesso em: 05 Ago 2020.

LEÔNICIO, Joana Maria Macedo. A orientação sexual nas escolas a partir dos parâmetros curriculares nacionais. *Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós*, ISSN 2179-9636, Ano 3, n. 12, nov. de 2013. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155531.pdf. Acesso em: 28 mar 2020.

LIMA, Wellington Soares de; OLIVEIRA, Luciani de; JUSTINA, Lourdes Aparecida Della. A formação de professores e a sexualidade na BNCC. *XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, Natal, RN – 25 a 28 de junho de 2019. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R1189-1.pdf>> Acesso em: 05 Ago 2020.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. Sexualidade e Educação Sexual. UNESP, Bauru, p.1-15, 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf> Acesso em: 10 jan 2020.



MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: Princípios para ação. *Doxa*. Revista Paulista de Psicologia e Educação, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/124985>. Acesso em: 10 jan 2020.

RAMIRO, Lucia; REIS, Marta; MATOS, Margarida Gaspar de; DINIZ, José Alves; SIMÕES, Celeste. Educação Sexual, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos nos adolescentes. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Portugal, 2011;29(1):11-21. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-90252011000100003> Acesso em: 10 jan 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (Org.) *Sexualidade e Educação Sexual: apontamentos para reflexão*. Ed. UNESP, 2002.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAÚJO, Débora Cristina. Sexualidades e Gênero: questões introdutórias. Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009. - 216 p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf>. Acesso em: 10 jan 2020.

SILVA, Luís Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. *Periódico Científico Projeção e Docência*, v. 5, n. 2, dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Micro/Downloads/415-1420-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 Ago 2020.

SUPLICY, Marta. *Sexo se aprende na escola*. GTPOS, SP. Olho d'água, 1999.

TOZETTO, Suzana Soares. Docência e formação continuada. *XIII Congresso Nacional de Educação: Formação de professores: contextos, sentidos e práticas*. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Paraná/PR, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23503_13633.pdf. Acesso em: 05 Ago 2020.